

GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADES SEXUAIS – UM DIÁLOGO ENTRE JOAN SCOTT E JUDITH BUTLER

Jair Bueno de Araújo/financiado pelo Mackpesquisa¹

RESUMO: Considerarmos que dentro de uma mesma sociedade convivem diferentes experiências sobre o que é ser homem e o que é ser mulher e, como cada qual vivencia suas experiências e sexualidade, este artigo pretende analisar as bases discursivas estruturais de uma sociedade androcêntrica, compreendida como aquela formada por famílias patriarcais no qual o desejo homosocial masculino e o sexismo são as tônicas das relações de poder. Uma sociedade em que as mulheres são objeto de desejo e troca entre homens heterossexuais e a homofobia é largamente disseminada. Para isso, traremos para discussão a contribuição de duas feministas pós-estruturalistas. Joan Scott, historiadora, que compreende Gênero, enquanto categoria de análise, e que entende relações de gênero como relações de poder que necessitam de desconstrução. Assim como a contribuição da filósofa Judith Butler, ao colocar em xeque as categorias identitárias do que é ser homem/ mulher, hetero/ homo etc.. Para ela, tais identidades são “verdades”, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos, difusos e que só é possível se manifestar sobre os corpos sexuados. No entanto, suas diferenças, situam-se especialmente no que diz respeito à “Gênero”, enquanto categoria analítica relacional e “gênero”, na grafia minúscula para flexão que distingue os sexos que envolvem, ao mesmo tempo, questões teóricas, metodológicas e políticas a partir da “segunda onda” do movimento feminista que se inicia na década de 1960.

Palavras-chave: Binarismo sexual, Gênero, “Ondas do feminismo”.

INTRODUÇÃO

Há uma historicidade construída para além do que estamos habituados a pensar sobre a palavra gênero. – sua definição dos dicionários: “flexão pela qual se exprime o sexo real ou imaginários dos seres” (Dicionário Completo da Língua Portuguesa, 1994,

¹ Mestrando em Educação Arte e História da Cultura pelo Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e professor de geografia da rede Municipal e Privada de Ensino de São Paulo. arabujageo@yahoo.com.br

p.436), obscurece toda uma complexidade do corpo sexuado do humano, sobre o qual este é prescrito de significados.

É necessário desconfiar daquilo que não aparece nos significados do dicionário. As palavras são constituídas de história, produzem histórias. Isto é, gênero para o dicionário citado tem seu único significado na categorização biologizante, de um corpo com pênis ou um corpo com vagina ou ainda, menos “comum”, um corpo com os dois.

Segundo Carmem Soares (2006, p. 110), “governar o corpo é condição para governar a sociedade”. O que o olho vê ou projeta (ultrassom), ou para um “d” “eficiente” visual, o que as mãos tocam em uma genitália, seja esta de quem for, isso lhes trará um campo de saberes já adquiridos pelo campo simbólico-imaginário, isto é, tudo aquilo que o corpo já é, de acordo com suas prerrogativas biologizantes. Dessa maneira, o pênis, a vagina ou quem sabe os dois já estão inscritos no campo do reconhecimento cultural.

É a partir dessa identificação restrita, específica onde a subjetivação de um corpo se dá na particularização discursiva de menos de 10% da parte de um todo, o pênis e a vagina ou um inter-sex, que o corpo cultural é prescrito e identificado como tal.

Como questionadoras dessa matriz sexual e derivantes da chamada segunda “onda” do feminismo, a filósofa Judith Butler (trataremos de sua teoria mais especificamente no próximo tópico) e a historiadora Joan Scott, na década de 1980, lançaram novos olhares sobre os estudos já feitos sobre gênero enquanto um corpo restrito.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO GÊNERO

Em primeiro lugar, é necessário distinguir “gênero” de “Gênero” – vamos utilizar a grafia minúscula para flexão que distingue os sexos, e maiúscula para a categoria analítica relacional que Scott proporá. Entendemos “gênero” como a descrição das condições de vida das mulheres investigadas pelos estudos iniciais do movimento feminista em diferentes perspectivas (desigualdades econômicas, sociais, políticas, jurídicas, etc.) (LOURO, 1997, p.18). Contudo, ainda impregnadas das ideias de que homens e mulheres são biologicamente distintos (daí as flexões de sexo) e que a relação entre ambos decorre dessa distinção.

Em contraposição, as feministas anglo-saxãs acima citadas afirmam “que Gender passa a ser usado como distinto de sexo. Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O conceito serve tanto como uma ferramenta analítica que é como uma ferramenta política” (LOURO, 1997, p. 21). Segundo Connell (1995, p. 189), “no gênero, a prática social se dirige aos corpos”, enquanto que Gênero direciona-se a relações de poder.

O conceito Gênero traz à luz os processos da história humana das diferenças biológicas (macho/fêmea), todavia prossegue desenvolvendo e desvelando como essas diferenças foram sendo enquadradas discursivamente pelas forças de poder, naturalizando corpos biologicamente distintos, impondo, determinando e fazendo prevalecer representatividades de papéis sociais dos corpos sexuados que reproduzirão, historicamente, relações desiguais baseadas nas diferenças percebidas desses corpos marcados por sua biologização.

Trava-se, então, um “intenso debate entre estudiosas e militantes de um lado e seus críticos ou suas críticas, de outro. Será engendrado o conceito de Gênero enquanto categoria de análise” (LOURO, 1997, p. 15).

Scott e Butler conduzem todas e todos interessados a refletirem, reverem e elucubrarem sobre novas perspectivas de análise para as questões postas. E isso é demasiadamente benéfico para quaisquer movimentos. Uma nova oxigenação reflexiva é possibilitada ao movimento feminista enquanto campo teórico-metodológico para a construção de uma visibilidade político-territorial do corpo para além do gênero (macho/ fêmea).

Mais um avanço, mais um passo de produção de conhecimento se dava ao que fora a princípio proposto dentro do movimento feminista. Movimento feminista e academia se expandem para as ciências sociais.

No entanto, as trajetórias de análise e discussão de Scott e Butler vão tomando rumos distintos no que tange a superação desse binarismo institucionalizado sobre os corpos. Os rumos distintos das discussões de Gênero pelas teóricas acima citadas acabaram propiciando outras constatações, segundo Gois (2004, p. 114), no que se refere ao Movimento Gay e ao Movimento Feminista que, até então, caminhavam supostamente juntos: uma “ausência de diálogos intelectuais entre os campos de estudos em questão, percebida na ausência de trabalhos sobre (gays/lésbicas¹, bissexuais², travestis³, transexuais⁴ e transgêneros⁵)⁶ sobre a perspectiva de Gênero”.

A TRAJETÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE GÊNERO PARA JOAN SCOTT

Até meados da década de 1980, o Gênero não estava constituído de forma articulada, enquanto pensamento estruturante e metodológico. Mas isso não foi impedimento para que o movimento feminista se articulasse enquanto discurso, dando visibilidade às mulheres.

A categoria usada no início da segunda “onda” do movimento feminista era “Mulher”: “Esta pensada, em contraposição à palavra “Homem”, considerada universal” (Pedro, 2005, p. 2). O movimento feminista trazia, em seu bojo, o questionamento do universalizante “Homem” que não contemplava os direitos da “Mulher”. Por exemplo, ao nos referirmos aos seres humanos, sejam eles homens ou mulheres, utilizamos a denominação “homens”, mas nunca “mulheres” como universalizante da espécie.

Assim, o que o movimento feminista, com essa categoria de “Mulher”, entendia era a necessidade da visibilidade de uma identidade, separada da de “Homem”. Compreendia-se que todas as mulheres são mulheres por sua condição biológica, logo a cultura masculina se colocava como universal e todas as mulheres, por essa razão, sofreram e continuariam a sofrer as mesmas opressões e dominações de seu sexo oposto.

Portanto, todas “as mulheres” estavam em uma mesma categoria e sinergia para a luta contra o opressor, o “Homem”. Mas, para Scott, as relações de poder/dominação independem de sexo. Em partes, para o movimento feminista isso é verdade, mas a categoria identidade “Mulher”, assim como seu oposto, a categoria identidade “Homem” perpassa outras identidades, sejam elas econômicas, religiosas, étnicas, geracionais, etc.

As categorias identitárias de homem e de mulher criadas pelo primado do poder do “Homem” se davam por meio de práticas-discursivas de implementos morais, físicos, éticos e estético-políticos levadas a cabo por instituições que as representavam, tais como a igreja, a família e o Estado, e faziam com que o movimento feminista questionasse, por outros vieses, as construções das diversas identidades.

Todavia, nem todas as mulheres estavam na condição de criticar tais atitudes machistas, fosse por falta de opção, fosse por comodismo ou por prescrição secular, e

até milenar, de como deve ser mulher, o que não lhes possibilitou enxergar, como Beauvoir diria, que havia uma falta de consciência coletiva das mulheres: “As mulheres, não dizem mulheres, mas, os operários dizem [...as mulheres não têm história (1980, p.13)]”.

Assim, a identidade pré-inscrita, sem “questionamentos”, como fora a ordem do patriarcado, gera para muitas mulheres uma normatividade “verdadeira”, que acabam por ser defendida por elas próprias. Porém, lá estava o movimento feminista, questionador das ordens patriarcais, para conscientizar, sobre sua condição de oprimidas, aquelas mulheres que até então se identificavam, se contentavam ou eram obrigadas a seguir a normatividade machista e patriarcal prescrita até o momento. Mas isso não fora suficiente para que todas as mulheres se reunissem em luta contra seus opressores.

Foi para criticar essa sociedade constituída e imposta pelo “Homem” que, nos trabalhos acadêmicos – sobretudo nos de história –, começaram a aparecer a categoria analítica “Mulher”: “inicialmente a categoria de análise mais utilizada foi “Mulher”. A partir desta categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história da humanidade, a presença das mulheres” (Pedro, 2005, p. 4).

Fazer uma história das mulheres, em que fossem revelados como elas viviam e quem elas eram, não era suficiente para conter as diversas formas de opressão que a sociedade lhes imprimia: “o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais” (Pedro, 2005, p. 3). Isso fez com que “a categoria ‘Mulher’ passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria ‘Mulheres’, respeitando, assim, o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença” (Pedro, 2005, p. 3). As mulheres são negras, índias, deficientes, homossexuais, heterossexuais, transexuais,

pobres, ricas, enfim, são mulheres perpassadas por outros traços identitários que até mesmo o seu sexo biologizante de “Mulher” não é capaz de uni-las em uma só categoria a “de Mulher”.

Com tantas identidades perpassadas, a identidade de sexo não era suficiente para uni-las. Bem como a própria comunidade científica percebiam os limites em torno dessa análise, pois não existia unicidade nessa mesma luta.

Será o apontamento de Scott, no que tange a inclusão dos homens em seus estudos, que marcará a necessidade de que homens e mulheres sejam tratados em uma mesma relação, no sentido de que não é possível fazer a história das mulheres separada da dos homens.

A historiadora questiona a maneira como foi construída a história das mulheres ao longo dos anos 1970 e o porquê tal abordagem não se sustentava. Para ela (1994, p. 14), isso resultou em frustração “quanto ao impacto relativamente limitado que a história das mulheres vinha tendo sobre os estudos históricos em geral e, em consequência, da necessidade de entender o que se passava”.

O simples fato de revelar novas informações sobre as mulheres no passado, pensando que, com isso, iria “equalizar” os poderes, surtiu efeito contrário, segundo sua concepção, pois o que se apresentava era um endosso quase ingênuo do positivismo das leis universais. Scott (1994, p.14) ainda continua seu pensamento ao afirmar que novos fatos “documentam a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificam a importância (ou falta dela) atribuída às atividades femininas”.

Pensar a história das mulheres dissociada da dos homens era mais uma forma de marginalizar as próprias mulheres em relação às estruturas dominantes e estabelecidas como universais. Dessa forma, Scott valoriza a história das mulheres, mas sem supervalorizá-la, reconhecendo os avanços que tal história possibilitou para a

visibilidade no espaço público das mulheres, o que está de acordo com as considerações de Guacira (1997, p. 19), que afirma que:

[...] acima de tudo transformar as até então esparsas referências as mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central. Fizeram mais ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros sociais, vieses nos livros escolares, deram voz aquelas que eram silenciadas e silenciosas.

Contudo, Scott também detectou seus limites. Ela propõe uma discussão mais ampla e necessária para além do caminho de uma “história das mulheres”, pois tal abertura não seria satisfatória. É a necessidade de investigar o como se dá e o porquê ocorre a invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico que surge o conceito Gênero, suplantando, mas não desmerecendo, o que havia sido produzido até o momento, que se refere ao conceito de “*Mulheres*”.

Foi visando “rejeitar” um determinismo biológico até então apregoado como estrutura fundante da desigualdade entre os termos como sexo ou diferença sexual entre o masculino e o feminino, que o Gênero surgiu enquanto categoria de análise.

Geralmente, as(os) pesquisadoras(es) baseiam-se, muitas vezes, na citada texto de Joan Wallach Scott denominado “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990. Nesse artigo, é ressignificado o antagonismo entre sexo e Gênero, já utilizado por Robert Stonller. O texto passa a ser utilizado por diferentes pesquisadoras(es) que necessitavam desenvolver pesquisas nas relações de gênero indo além da categoria de “Mulher” ou “Mulheres”.

Scott afirma que a história não é um simples registro de mudanças nas organizações sociais. Ela, a história, participa das organizações sociais com a produção de seus saberes, principalmente no que diz respeito à sexualidade. Segundo a própria autora, isso só foi possível pelas discussões realizadas durante os anos em que dirigiu o Pembroke Center de Docência e Pesquisa sobre Mulheres, da Brown University. Foi lá que um grupo notável de pesquisadoras (es) se envolveu com o tipo de reflexão direta e experimental que muda o pensamento e abre novas direções para a pesquisa e produção de textos.

No seminário do Pembroke Center, Scott, segundo seu próprio relato, foi obrigada a levar a sério a teoria pós-estruturalista e a enfrentar suas implicações para uma historicidade social:

[...] eu aprendera a respeito do pós-estruturalismo principalmente com pesquisadores da área de literatura [...]. Vivi esses problemas não apenas como problemas abstratos, mas agudamente, como questões de identidade profissional e política [...]. Nesses ensaios, gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais. Uso saber, seguindo Michel Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres. (1994, p.12)

A autora deixa claro que toma emprestados os conceitos pós-estruturalistas, principalmente os de Michael Foucault, reestruturando, a partir deste, gênero para Gênero – categorial relacional de análise. Os pontos importantes em sua nova produção merecem ser destacados: **a)** a desconstrução do caráter permanente da relação binária homem X mulher, em que o homem detém poder sobre a mulher; **b)** a necessidade de pensar para além dessa lógica dita natural, esse binarismo, que nada mais é do que uma

construção social, portanto não fixa; c) se essa fixidez é dada como natural é porque as relações sociais estão permeadas pelo poder, contidas no processo de construção das mesmas, ou seja, da história humana.

Scott afirma que gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distintas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: primeiro, o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, bem como ele próprio é uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

Scott, como Foucault, busca entender o poder como uma rede de relações sempre tensas e permanentemente em atividade. O poder não apenas nega, mas faz, incita, constrói, questiona. A categoria Gênero produz-se, portanto, nas e pelas relações de poder.

Cabe-nos a seguinte conclusão pelas próprias palavras de Scott (1994, p. 19):

[...] examinar gênero concretamente, contextualmente e considerá-lo um fenômeno histórico, produzido reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo... *A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres, e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos.*

Por fim, Gênero, enquanto categoria de análise, será compreendido como denunciadora de uma heteronormatividade, trazendo para o debate os processos da história humana, as diferenças biológicas (macho/fêmea) e, como estas foram enquadradas discursivamente pelas forças de poder para a sua naturalização dos corpos biologicamente distintos, pelas forças dominantes que se legitimam por meio das

instituições como escola, família, estado, mídia, igreja além do próprio capital e do cotidiano das pessoas.

JUDITH BUTLER: A DESCONSTRUÇÃO DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Judith Butler, no prefácio de seu livro *Problemas de gênero*, deixa muito claro que “o problema” detectado por ela em relação a gênero não seria a culminância do fracasso do movimento feminista. Pelo contrário, os problemas sempre existiram, mas “a nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los” (BUTLER, 2009, p. 7).

Dito dessa forma tira-se a suposta “culpa” que o movimento feminista teria assumido se não fosse à tentativa de elucidar e contribuir significativamente sobre a história das mulheres e se, inclusive, o gênero fosse questionado, e não desprezado.

Para Butler, a formulação usual de gênero no qual estão fundados os atributos culturais que o constroem, bem como seu oposto, o sexo, é uma marca preestabelecida sobre o qual o gênero opera.

Tais afirmações foram – e ainda “são” – questionamentos das feministas do século XX, a começar por Beauvoir, para quem o gênero tende a articular a opressão das mulheres em uma distinção entre sexo e gênero (como sexo construído historicamente), um gênero já determinado pelo fisiológico (pênis x vagina), que é imperativo da nossa cultura para a construção das identidades de qualquer corpo sexuado.

O que está em questão para Butler é ir além dos gêneros, pois o mesmo não deve ser visto e buscado enquanto origem ou uma verdade sexual, mas, sim, enquanto investidas políticas designadas como origem e causas de naturalizar categorias de

identidades. Tais identidades são “verdades”, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos, difusos e que só é possível se manifestar sobre os corpos sexuados que ora são postos como licitudes e ou ilicitudes ao corpo dos anormais, como, por exemplo, o corpo homossexual que até meados da década de 1970 era, sob o discurso médico, uma patologia e ainda hoje é um pecado sob o discurso judaico-cristão.

Butler, ao analisar o feminismo, busca a teoria de poder em Foucault, na qual o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção. Para ela, a heterossexualidade e o falocentrismo são instituições identitárias compulsórias de poder e discurso pela qual o gênero se produz reproduzindo-se, a partir do momento em que “a categoria das mulheres só *alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual*” (BUTLER, grifo nosso, 2008, p. 23), isto é, assim como todas as sexualidades têm como referência a heterossexualidade.

O gênero, para Butler (2008, p. 24), são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, do que, se “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos femininos ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos”. Nesse caso, o “o sujeito gendrado seria antes o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes (ARÁN; PEIXOTO, 2007, p. 133). Com base nessas definições, a autora chega a afirmar que o gênero é ele próprio uma norma.

A norma do sujeito gendrado é a definição de uma identidade em oposição à outra, entre o “aceito” ou o “não aceito”, entre o “normal” e o “anormal”. Desde o nascimento da pessoa é imposta a ideia de “é menino ou menina?”. O ultrassom resolve. Sendo menino, poderia até brincar de boneca, vestir calcinha, furar a orelha etc., mas,

não. Os pais, avós, tios, primos, irmãos, a sociedade, enfim, não lhe dão permissão. Mas, vai se chamar, Mateus, Marcos, João, Ezequiel, Jeremias, Paulo, Jesus..., Deus? – Ninguém ousou! Usará roupinha azul, amarela, branca, rosa. Opa! Rosa!? Não!!! Rosa é de Maria, Marta, Ester, Aparecida, Assunção, Auxiliadora, Sara... A menina pode brincar de carrinho, desde que não perca sua “feminilização”, mas fica estabelecido que carrinho, bola, pipa, videogame são de menino, para convalidar a sua “masculinização”, e boneca, casinha, panelinha, batom, sapato de salto, o primeiro sutiã são de menina.

A partir dessa interpelação a “nomeação do sexo é um ato performativo de dominação e correção que institui uma realidade social [...] O gênero é uma realidade tenuante construída através do tempo por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos” (ARÁN, 2007, p. 134).

Sexo e gênero estão na mesma ordem mimética, na qual gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. É nessa perspectiva que é necessário desconstruir os gêneros, pois assim desconstruímos os sexos ou o binarismo que acomoda gênero e sexo em corpos opostos.

Levantam-se dessa cisão tão radical entre sexo gênero dúvidas sobre ambos. Para Butler (2008, p. 25), sexo é construído e é tão culturalmente construído quanto o gênero: “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. Ou seja, a estabilidade interna da ordem preestabelecida e eficientemente assegurada entre o binarismo sexo/gênero só é possível pela ordem do discurso, fazendo com que nenhum nem outro seja neutro e tampouco o sexo seja anterior à cultura.

O que Butler nos aponta é que o sexo deixa de ser significante quando se constrói o significado dos gêneros. Ou seja, o próprio significante “sexo” é questionado em sua materialidade dita como “neutra” ou *a priori* para que os corpos sejam inscritos

de acordo com seu sexo que nunca é natural, mas está inscrito no campo das forças produtivas que as produzem, são dispersas, são múltiplas e sem uma identidade preestabelecida.

Enfim, Butler sinaliza a desconstrução das identidades fixas, bem como o fato de as mesmas quando pensadas e resinificadas serem armas para questionar os conservadorismos identitários do que funda as desigualdades entre os corpos gendrados. Isso significa que a fronteira entre os binarismos sexo-gênero, heterossexualidade-homossexualidade-bissexualidade, são porosas e perturbadoras:

O que acontece ao sujeito e a estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado [...] qual a melhor maneira de problematizar as categorias gênero que sustentam hierarquias dos gêneros e a heterossexualidade compulsórias? (BUTLER, 2008, p. 8).

Por fim, somente a partir da desnaturalização de gênero e sexo é que é possível problematizar a heterossexualidade, assim como a dominação masculina, categorias estas *a priori* sustentadas pelas relações de gênero que intrinsecamente fundadas no binarismo do órgão sexual são determinantes para a construção das identidades sociais (aceitas ou não) sobre os corpos sexuados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar que não existe a priori uma natureza que defina identidade sexual e identidade de gênero. Ambas são construídas socialmente e são investidas dos mais diferentes poderes discursivos para um “bem comum”. Devemos nos perguntar? Qual bem comum? Para quem?

Partindo dos pressupostos de Butler, que a heterossexualidade e o falocentrismo são instituições identitárias compulsórias de poder e discurso pela qual o gênero se produz, reproduzindo-se. Isso só é possível, a partir das desvantagens inseridas, perpetuadas e reproduzidas como ‘naturais’ nas construções sociais repressivas e institucionalizadas para um bem ou para o ‘bem comum’, como afirma Foucault (2001:27) “inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” revelam interesses que se legitimaram, inclusive, por práticas discursivas historicamente construídas por uma política-moral que não aceita, por exemplo, relações homoeróticas, enquadrando os homossexuais na berlinda da sociedade, ou seja, como um gueto. Como o não natural!

Enfim, aos trazermos o pensamento da filósofa Judith Butler, desconstruirmos a ideia de desejo natural heterossexual, onde o mesmo é historicamente construído e que se produz e reproduz como mecanismos eficazes de controle do corpo sexuado exigindo padrões de uma identidade fixa através das instituições de poder como Estado, Igreja, Família, Polícia, Escola entre outras.

Por fim, é importante trazermos a palavra gênero em consonância com a historiadora Joan Scott, que ao utilizarmos a categoria “Gênero” para as análises sociais rejeitamos, explícita e implicitamente, as justificativas essencialistas e biologizantes para as desigualdades sociais, a dominação e as relações de poder entre os sexos. Ou seja, as relações de gênero são relações de poder que necessitam de desconstruções

socioculturais para a construção efetiva de uma sociedade democrática, e que veja na diversidade dos corpos sexuados ou assexuados, o reconhecimento da alteridade.

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JR., Carlos Augusto. Subversões do desejo: gênero e subjetividade em Judith Butler. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, Jan./Jun. 2007.

BEAUVOIR. O segundo sexo: a experiência vivida. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade. Vol. 20(2), jul/dez.1995

DICIONÁRIO Completo da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRIEDAN, Betty. Mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

SCOTT, Joan Wallach: Gender and politics of history. Columbia University Press, N.Y.,1988. O livro é uma coletânea dos ensaios aqui referidos. Tradução de Mariza Corrêa, IFCH/Unicamp. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 11-27.

_____. El problema de la invisibilidad. In ESCANDÓN, C.R. (org) Gênero e História: Instituto Mora/UAM, 1989.

_____. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In. Debate Feminista – Cidadania e Feminismo, nº especial, 2000. (edição especial em português).

_____. A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. (Tradução Élvio Antônio Funck). Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOARES, L. Carmem. Corpo e história. Campinas, 2006.

VILHENA, Valéria Cristina. Pela voz das mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia. São Bernardo do Campo: UMESP, 2009.

2. SITES

<<http://www.simonebeauvoir.kit.net/index.htm>>

<<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=3361>>

3. REVISTAS

REVISTA VEJA, São Paulo, n. 39, Edição 1822, ano 36, 1/10/2003.

GÓIS H. B. J. Revista Estudos Feministas. Vol. 11 n. 1, jan./jun. 2003.

PEDRO, M. J. Revista Estudos Feministas, São Paulo, v 24, n.1 p.77-98, 2005.

¹ Refere-se a homens e mulheres com desejo predominante por pessoas do mesmo sexo. Aqueles que se assumem e resolvem levar a vida abertamente homossexual costuma-se definir como (homens) gays e (mulheres) lésbicas.

² Refere-se a homens e mulheres com desejo por pessoas de ambos os sexos. Isso não quer dizer que precisem se relacionar com duas pessoas ao mesmo tempo, mas, que são capazes de ser envolver sexual e amorosamente tanto com homens quanto com mulheres.

³ Minoria um pouco maior que a de transexuais constituídas de homens e mulheres que se identificam mais com o papel do outro sexo do que do seu próprio, mas não o suficiente para desejarem passar por cirurgias. São homens que gostam de se vestir como mulheres e mulheres que querem passar por homens.

⁴ Minoria bem pequena (alguns estudos indicam que apenas uma pessoa em cada 30 mil é de fato transexual) que mostra uma discrepância entre o sexo biológico e a identidade sexual.

⁵ Pessoa que, seja por não gostar do papel sexual de seu sexo biológico, seja por sentir que sua identidade sexual é uma misto de mulher e homem (como as drag queens e kings), seja por se identificar com o papel sexual do outro sexo (como os travestis e os transexuais), acaba rompendo com o gênero masculino ou feminino que seria de se esperar pelo seu sexo biológico.

⁶ Extraído do livro de Claudio Picazio, “Diferentes Desejos”, cuja, bases estruturantes de sua argumentação estão pautadas sobre um modelo “clássico” de diferenciação dos corpos sexuados.